

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 29/2014**

Período: 16/08/2014 – 22/08/2014

GEDES – Brasil

- 1- Aeronáutica investiga queda da aeronave que transportava o candidato à presidência da República Eduardo Campos
- 2- Arquivos confidenciais sobre opositor do regime militar são liberados
- 3- Jornalista Míriam Leitão relata ter sofrido tortura durante o regime militar
- 4- Ministra do Superior Tribunal Justiça defendeu Lei da Anistia

1- Aeronáutica investiga queda da aeronave que transportava o candidato à presidência da República Eduardo Campos

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) informou, no dia 15/08/14, que os registros de áudio da caixa-preta da aeronave que transportava o candidato à presidência da República Eduardo Campos não correspondem ao voo que caiu no dia 13/08/14. A Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) afirmou que o equipamento é considerado fundamental para apuração de acidentes aéreos e é obrigatório, sendo o comandante responsável por averiguar o funcionamento do aparelho antes de cada voo. A Aeronáutica informou que irá apurar a possibilidade de uma falha ter parado o funcionamento da gravação, mas que apesar de serem importantes, os dados da caixa-preta são apenas mais um elemento de investigação, não sendo imprescindíveis para a análise e identificação das causas do acidente. *O Estado* informou que FAB irá averiguar quando foi a última vez que o funcionamento do gravador foi checado, quem fazia a manutenção e se houve pane anterior, além de apurar se os pilotos do voo tinham o hábito de verificar o equipamento antes da decolagem e se levantaram informações sobre as condições de tempo e de pista da cidade de Santos no dia do voo. Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, informou que o órgão está realizando consultas ao fabricante da aeronave e à empresa de manutenção para averiguar o motivo do equipamento não ter realizado gravações durante o voo, o que não é usual. Saito lembrou que o órgão utiliza outros meios de análise além da caixa-preta, como as condições das turbinas e dos flaps e as gravações dos radares, e que apesar do estado danificado das turbinas, essas ainda permitem boas condições de análise. O comandante informou que apesar de ainda não ser possível descartar a possibilidade de falha mecânica, pode-se constatar que o trem de pouso e os flaps funcionaram. A hipótese de colisão com drones ou pássaros foi descartada por Saito, pois nas condições climáticas tais elementos não se encontrariam no caminho da aeronave. Segundo Saito, na última comunicação com a Base do Guarujá, o piloto informou que estava esperando melhora nas condições climáticas para poder aterrissar. De acordo com a *Folha*, apesar dos dois motores da aeronave terem sido recuperados, o fato do avião ter se fragmentado devido ao impacto com o solo dificulta as investigações, assim como a ausência no jato de um gravador de dados de voo, o qual monitora o comportamento dos equipamentos do avião. De acordo com *O Estado*, todos os diálogos do piloto com os centros de controle do tráfego

aéreo, das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos estão gravados e serão utilizados pelo Cenipa nas investigações. Segundo o periódico, dados já coletados permitem afirmar que a aeronave se encontrava em movimento vertical no momento da colisão com o solo e que os destroços estavam soterrados a quatro metros da superfície e concentrados no local da queda, além de informar que a explosão da aeronave ocorreu no solo. O *Estado* informou que na manhã do dia 15/08/14 a Polícia Federal cercou a área do acidente e iniciou, com apoio de oficiais da Aeronáutica, um trabalho que objetiva reconstruir a cena da tragédia, buscando apontar o traçado exato realizado pelo jato quando colidiu com o solo. De acordo com *Correio*, o órgão não descartou até o momento nenhum motivo para a queda da aeronave, incluindo falha mecânica, já que o avião apresentou pane elétrica recente. De acordo com os jornais *Folha* e *O Estado*, o manual da aeronave alertava para o risco de mergulho abrupto caso os flaps (dispositivos que aumentam a área das asas para aumentar a estabilidade do avião durante subidas e arremetidas) fossem recolhidos enquanto a aeronave estivesse em velocidade superior a 370km/h. Segundo a *Folha*, o comandante da Aeronáutica afirmou que “os flaps estavam recolhidos”. O *Estado* informou que militares envolvidos na investigação destacaram que existem técnicas que possibilitam averiguar dados importantes no momento do impacto, mas não durante a arremetida. (*Correio Braziliense* – 16/08/14; *Folha de S. Paulo – Poder* – 16/08/14; *Folha de S. Paulo – Poder* – 19/08/14; *O Estado de S. Paulo – Política* – 16/08/14; *O Estado de S. Paulo – Política* – 19/08/14)

2 - Arquivos confidenciais sobre opositor do regime militar são liberados

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro entregou à filha do cineasta Glauber Rocha, Paloma Rocha, documentos confidenciais do Serviço Nacional de Informações sobre o diretor produzidos durante o regime militar (1964-1985). Os documentos relatam prisões, as relações de Rocha no mundo artístico, entrevistas à imprensa internacional e a característica "esquerdista" do cinema novo. Segundo a *Folha*, na primeira página de um dos documentos, a palavra “morto” aparece escrita à caneta, podendo ser um código para assassinar o opositor, como mencionado pelo ex-paraquedista Valdemar Martins de Oliveira em seu depoimento. Porém, o jornal destacou que apenas o código não comprova o que de fato ocorreu. (*Folha de S. Paulo – Ilustrada* – 18/08/14)

3- Jornalista Míriam Leitão relata ter sofrido tortura durante o regime militar

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, um depoimento da jornalista Míriam Leitão em que relata as sessões de tortura sofridas durante regime militar (1964-1985) foi publicado pelo jornalista Luiz Cláudio Leitão no site do “Observatório da Imprensa” dia 19/08/14. Míriam era estudante de filosofia e estava grávida de um mês quando foi presa em uma praia junto com seu então companheiro, o jornalista Marcelo Netto, por serem considerados opositores ao regime e ligados ao Partido Comunista do Brasil. Ambos foram levados para o 38º Batalhão da Infantaria do Exército, no estado do Espírito Santo em 1972. Míriam relatou que a mantiveram presa durante três meses, nos quais sofreu humilhações, foi obrigada a se despir, ameaçada de estupro coletivo, torturada com cães pastores alemães e uma jiboia, sofreu

simulações de fuzilamento, foi agredida com tapas, socos e puxões no cabelo. O militar identificado por ela como um dos participantes das sessões de tortura, chamado de Dr. Pablo, era o coronel Paulo Malhões. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Miriam relatou sua tortura depois de ser convencida por Netto, pelo trabalho da Comissão Nacional da Verdade e “pela noção de que as instituições democráticas precisam que as Forças Armadas reconheçam que pessoas morreram dentro das instituições militares.” A jornalista também informou que havia narrado a violência que sofreu diante de um tribunal militar em 1973, prestando depoimento na 2ª Auditoria da Aeronáutica, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo *Folha*, Miriam terminou o depoimento dizendo que sua maior vingança foi sobreviver e vencer, e declarou que ainda aguarda um pedido de desculpas das Forças Armadas: “Não cultivo nenhum ódio. Não sinto nada disso. Mas, esse gesto me daria segurança no futuro democrático do país.” (*Folha de S. Paulo – Poder – 20/08/14, O Estado de S. Paulo – Política – 20/08/14*)

4- Ministra do Superior Tribunal Justiça defendeu Lei da Anistia

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, no contexto do julgamento do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a ministra Nancy Andrighi defendeu a Lei da Anistia (1979) como mecanismo de pacificação do país, considerando-a “uma benção”. A ministra afirmou que as ações destinadas a responsabilizar agentes de Estado por possíveis violações ocorridas no regime militar (1964-1985) não têm procedência legal. Segundo Andrighi, as vítimas da violações de direitos humanos do período podem apresentar “demandas contra o Estado, mas não contra os seus agentes, uma vez que foram beneficiados pela Anistia”. O processo refere-se a um recurso especial apresentado por Ustra contra uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que atribui a ele responsabilidade por violações ocorridas no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no período em que comandava a instituição. De acordo com o advogado da família, Joelson Dias, “trata-se de uma ação na área cível, que não envolve diretamente acusações de tortura que teriam sido cometidas por Ustra, mas sim a sua responsabilidade como agente de Estado por violações de direitos humanos ocorridas em áreas sob seu comando”. (*Estado de S. Paulo – Política – 22/08/2014*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)